

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBACAMPUS/JOÃO PESSOA
DIRETORIA DE ENSINO SUPERIOR
UNIDADE ACADÊMICA DE DESIGN, INFRAESTRUTURA E AMBIENTE
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL**

**PRÁTICAS AMBIENTAIS E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
VISUAL: um estudo no Instituto dos Cegos da Paraíba**

DILENA MARA LEMOS MATOS

**JOÃO PESSOA
OUTUBRO DE 2020**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP
Biblioteca Nilo Peçanha – IFPB, *Campus* João Pessoa

M433p

Matos, Dilena Mara Lemos.

Práticas ambientais e a inclusão de pessoas com deficiência visual : um estudo no Instituto dos Cegos da Paraíba / Dilena Mara Lemos Matos. – 2020.

17 f. : il.

Artigo apresentado ao curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB / Coordenação de Tecnologia em Gestão Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Gilcean Silva Alves.

1. Educação ambiental. 2. Deficientes visuais. 3. Inclusão social. 4. Consciência ambiental. I. Título.

CDU 502/504:376



DECISÃO 2/2020 - CCSTGA/UA1/UA/DDE/DG/JP/REITORIA/IFPB

FOLHA DE APROVAÇÃO

PRÁTICAS AMBIENTAIS E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: um estudo no Instituto dos Cegos da Paraíba

DILENA MARA LEMOS MATOS

Artigo apresentado ao curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, Instituto Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título Tecnóloga em Gestão Ambiental.

Aprovada em 30 de setembro de 2020

Nota de aprovação: 90

Banca Examinadora

Prof. Dr. Gilcean Silva Alves (IFPB - JP) Orientador

Profª. Dra. Keliana Dantas Santos (IFPB - JP) Examinadora

Prof. Me. Marcia Viana da Silva (IFPB - JP) Examinadora

(assinado eletronicamente)

JOÃO PESSOA – PB

2020

Documento assinado eletronicamente por:

- Keliana Dantas Santos, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 23/10/2020 06:41:19.
- Marcia Viana da Silva, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 22/10/2020 21:27:30.
- Gilcean Silva Alves, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 22/10/2020 17:45:04.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 22/10/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 129713

Código de Autenticação: 6c43601fc6



NOSSA MISSÃO: Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

VALORES E PRINCÍPIOS: Ética, Desenvolvimento Humano, Inovação, Qualidade e Excelência, Transparência, Respeito, Compromisso Social e Ambiental.

PRÁTICAS AMBIENTAIS E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: um estudo no Instituto dos Cegos da Paraíba

DILENA MARA LEMOS MATOS

dmlmatos@yahoo.com.br

GRADUANDA DO CURSO SUPERIOR EM GETÃO AMBIENTAL

IFPB/CAMPUS JOÃO PESSOA

PROF. Dr. GILCEAN SILVA ALVES

gilcean.alves@ifpb.edu.br

(ORIENTADOR)DOCENTE IFPB/CAMPUS JOÃO PESSOA

RESUMO

A educação ambiental desenvolve nas pessoas a consciência dos problemas ambientais e as estimulam tentar buscar soluções. Por isso promover a inclusão social é uma maneira de viabilizar e permitir que a consciência ambiental seja passada adiante. Assim, um dos meios de inclusão social é a inserção de deficientes visuais em várias áreas. Portanto, este trabalho visa verificar e analisar a presença de práticas voltadas para educação ambiental no Instituto dos Cegos da Paraíba. Para o estudo foram utilizados 22 voluntários com deficiência visual, residentes em João Pessoa e cidades vizinhas. Um questionário com 15 questões foi aplicado acerca das questões ambientais e de como os deficientes visuais encaram esta temática. Como respostas, foi possível aferir que os voluntários que frequentam os Instituto do Cegos possuem bons conhecimentos sobre o Meio ambiente. Contudo, a falta de acessibilidade e inclusão social os impedem de serem mais atuantes. Desta maneira sugerimos que as pessoas, iniciativa privada e pública devam se unir em prol da inclusão social, para que Educação ambiental seja transmitida a todos, sem discriminação. Com isso permitindo que pessoas sejam mais conscientes sobre a sustentabilidade e a importância de construir um futuro mais limpo para as próximas gerações.

Palavras-chave: Educação ambiental. Deficientes visuais. Inclusão social. Consciência ambiental.

ABSTRACT

Environmental education develops people's awareness of environmental problems and encourages them to try to find solutions. Because of this, to promote social inclusion is a way to make it possible and allow environmental awareness to be passed on. Thus, one of the means of social inclusion is the insertion of the visually impaired in several areas. Then, this work aims to verify and analyze the presence of environmental practices at the Blind Institute in Paraíba. For the study were used 22 volunteers with visual impairment and living in João Pessoa and neighborhood. Moreover, was applied a questionnaire with 15 questions about environmental issues and how the visually impaired face whith this theme. As answers, it was possible to verify that the volunteers who attend the Blind Institute have good knowledge about the environment. However, the lack of accessibility and social inclusion restrain them for being more active. In this way, we suggest that people, private and public initiative should hold together in favor of social inclusion, in order that the environmental education be transmitted to all, without discrimination. This allows people to be more aware regarding sustainability and about the magnitude to build a cleaner future to the next generations.

Keywords: Environmental education. Visually impaired. Social inclusion. environmental awareness.

1. INTRODUÇÃO

A maioria dos parques ecológicos, assim como o ensino da educação ambiental, o qual inclui o contato com a natureza como forma de as pessoas se sentirem pertencentes ao ambiente, não estão adaptados a receberem o público com necessidades específicas. Estas questões promovem o que chamamos de uma exclusão social.

Por tais fatos, pessoas com determinadas deficiências são estigmatizadas como “incapazes” e que frequentemente necessitam de assistência social. Desta maneira oportunidades são minimizadas, não existindo uma relação de igualdade de tratamento, seja em âmbito de trabalho, educação, transporte, lazer e outras áreas que colaboram para inclusão social. Com isso, indivíduos com deficiências muitas vezes terminam por isolar-se da sociedade.

Assim, a partir da Constituição Federal de 1988, foi criada a Lei 7.853/89 que garante os direitos às pessoas com deficiência. A Lei citada promove o entendimento e a difusão de um termo que faz-se necessário, denominado por inclusão social. Segundo o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, trata-se de um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais, cidadãos que dela foram excluídos, no sentido de terem sido privados do acesso aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 2006).

Dentre as atividades que promovem a inclusão social, temos aquelas proporcionadas na natureza, as quais são “orientadas por um sentimento de parceria e comunhão, bem como favorecem a aproximação e o fortalecimento das ligações sociais” (MUNSTER, 2004). Ainda, para esta atividade ao ar livre, o que se busca é a essência de cada ser humano, a preservação da individualidade e do respeito às diferenças de cada um.

Em se tratando dos tipos de deficiências, os limites dos deficientes visuais não impedem que desfrutem das atividades na natureza, pois o olfato, a audição e o tato são suficientes para que estes indivíduos apreciem o ar, a flora, as rochas, o barulho das folhas e, sintam-se mais próximos à natureza. Neste ambiente, os portadores de deficiência visual podem desenvolver “melhor independência” e outros vários benefícios, pois ainda concordando com Munster (2004), acredita-se que atividades realizadas na mesma, com princípios pedagógicos e segurança, podem ser usufruídas por pessoas com diferentes condições de vida. Basta para isso ter o apoio de profissionais experientes e capacitados para trabalhar com tal grupo de pessoas.

Ainda remetendo à inclusão social, a Declaração dos Direitos Humanos de 1948 (ONU, 1994), no artigo I, já é bem clara quando diz que “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos(...), não devendo ocorrer nenhuma discriminação”. Ademais, a Constituição Federal de 1988 também garante no Artigo 5º que perante a lei todos são iguais, sem distinção de qualquer natureza e é garantida a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade e à igualdade.

Portanto, neste estudo apresentamos do ponto de vista teórico o que existe de literatura específica, além de buscar metodologias existentes e aplicadas à realidade dos deficientes visuais em relação à educação ambiental, investigando e propondo maneiras que a educação ambiental pode contribuir na inclusão das pessoas com deficiência visual na percepção do meio ambiente.

Sendo assim, o presente trabalho tem por objetivo verificar e analisar a presença de práticas voltadas para educação ambiental no Instituto dos Cegos da Paraíba.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. CONCEPÇÕES E LEVANTAMENTO HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A educação ambiental (EA) é um dos caminhos para se conseguir o tão almejado desenvolvimento sustentável, onde a produção dos bens de consumo necessários à sobrevivência não comprometa os recursos naturais disponíveis e, desse modo, garanta que as gerações futuras possam usufruir das mesmas condições de vida disponíveis hoje.

O meio ambiente é o conjunto de elementos naturais, como o relevo, a atmosfera, a hidrografia, os seres vivos. É o espaço onde se desenvolvem as atividades humanas e a vida animal e vegetal. Sobre o tema, a Constituição brasileira declara que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida (DELBONI e ROTA, 2003, p. 183 apud COSTA e SILVA, 2007)

Em seu livro primavera silenciosa, Rachel Carson (1962), relata os resultados obtidos em pesquisas e análise de amostras de solos e água, como forma de comprovar os efeitos desastrosos do uso indiscriminado de agrotóxicos no mundo pós-guerra para aumentar a produção agrícola. Ela constatou que o ambiente onde esses produtos eram pulverizados, interferiam diretamente nos ecossistemas locais, causando a morte e eliminação de vários tipos de animais, além disso, de como afetava gravemente a saúde humana.

A partir dos anos 1970, o ambientalismo configurou-se como movimento social. Suas ações buscavam pressionar e provocar o Estado para o estabelecimento de políticas voltadas para questão ambiental (MENDONÇA, 2004). Durante este período, importantes eventos mundiais sobre a temática ambiental estavam acontecendo. Em 1972, ocorreu a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em Estocolmo (Suécia), onde foi discutida a questão educacional para o meio ambiente. No ano de 1975, ocorreu o Seminário Internacional sobre Educação Ambiental, em Belgrado e posteriormente, em 1976, em Chosica (Peru) e Bogotá (Colômbia) aconteceram discussões no âmbito da América Latina. No ano seguinte, em 1977, a ONU e a UNESCO organizaram a I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental em Tbilisi na Geórgia (EUA), “nessa reunião, em seu documento final, foram traçados de forma mais sistemática e com uma abrangência mundial as diretrizes, as conceituações e os procedimentos para a Educação Ambiental” (GUIMARÃES, 1995).

No Brasil, em 1973, a problemática ambiental se firma no debate acadêmico e político e assim, instituiu-se a “primeira Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema) ligada à Presidência da República” (CARVALHO, 2008, p. 13) , atendendo as recomendações feitas na Conferência de Estocolmo, com a tarefa de organizar discussões na esfera política brasileira sobre educação ambiental.

Na década de 1990, a política para o meio ambiente ganha mais destaque no Brasil, e por meio de ato direto do governo brasileiro houve o planejamento e a realização da Rio-92 (II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento), onde discussões sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável influenciaram fortemente às discussões sobre a educação ambiental (PIEPER *et al.*, 2013).

Em 1994, cria-se o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) cujo objetivo é promover a educação ambiental para todos os níveis do ensino (fundamental, médio, superior) e garantindo a transversalidade (BRASIL, 1998). No ano de 1997, os parâmetros curriculares nacionais (PCN) foram aprovados, e em seu volume 9 (Meio Ambiente e Saúde) inclui a temática do meio ambiente como tema transversal dos currículos escolares, permeando toda prática educacional (BRASIL, 2001).

Por tudo que foi dito acima, a sociedade está tomando consciência de que sempre fizeram e fazem parte da natureza, e que todas ações em prol dela no decorrer da história, bem como hoje em dia contra ela, tem um grande efeito no ambiente que vivemos. Sendo assim, como estabelecer o equilíbrio entre a humanidade e natureza?

Uma das maneiras de atingir isso é a percepção adquirida pelo indivíduo, a qual é alcançada por diversos conhecimentos, entre eles, aqueles adquiridos na Escola. De tal maneira, tem-se a Educação Ambiental como um processo de educação, responsável por formar indivíduos preocupados com os problemas ambientais, e que necessita ser fundada em coerência com vários

métodos de compreensão dentro das escolas. Assim, a interdisciplinaridade – relação que há entre um tema e as demais disciplinas nas escolas, mostra-se como fundamental nesse processo de entendimento e construção de saberes, como forma de preparar os jovens enquanto cidadãos comprometidos com o futuro do planeta.

2.2. SOBRE OS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

De acordo com o estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), pessoa com deficiência é “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

As pessoas com determinada deficiência são vistas como pessoas com baixos recursos financeiros e, frequentemente, como pessoas que precisam de assistência social. Como consequência, as oportunidades são minimizadas, não existe um quadro de igualdade de tratamento de emprego, educação, transporte, lazer e outras áreas que colaboram para inclusão social, apesar da existência da Lei da Previdência Social (Lei 8.213/1991, artigo 93), as empresas com cem ou mais empregados estão obrigadas a preencher de 2% a 5% de seus quadros com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência. O parágrafo 1º do mesmo dispositivo condiciona a dispensa desses empregados à contratação de outro nas mesmas condições.

A deficiência visual abrange duas alterações: a visão subnormal e a cegueira. A primeira enfoca uma baixa visão, ou seja, uma diminuição significativa do campo visual e da sensibilidade de contrastes. Essas pessoas apresentam comprometimento da visão, e sua capacidade visual varia de acordo com o grau de em que se encontra o sistema visual. Mesmo com o uso de materiais óticos, como óculos ou lupas, essas pessoas apresentam visão embaçada, reduzida de modo que consigam apenas distinguir vultos, claridade ou objetos muito próximos. Enquanto que a cegueira é a perda total da visão, que pode ser adquirida ou congênita (GIL, 2000).

A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2019), divulgou um relatório mundial, em que diz que 2,2 bilhões de pessoas vivem com deficiência visual ou falta de visão; mais de 1 bilhão de casos eram evitáveis ou tratáveis. Em nota, o diretor geral da OMS, Tedros Ghebreyesus, afirmou que “doenças oculares e deficiência visual são muito comuns e muitas vezes não são tratadas.”

Um grande marco na mudança da concepção sobre as pessoas com deficiência remonta a períodos distintos da Era Moderna. Após as Revoluções Industriais na Inglaterra (1760) e França (1789), começaram a aparecer registros de trabalho de pessoas com deficiência, juntamente com o aumento do trabalho feminino e infantil (SILVA, 1987). No início do século XIX, observa-se a criação e o aperfeiçoamento do código Braille, e, no início do século XX, tem-se os registros de pelo menos 20 instituições destinadas ao atendimento de pessoas que apresentavam algum tipo de deficiência (MAZZOTA, 1996).

O movimento político da inclusão social começou a se evidenciar, de fato, no final do século XX, mais precisamente na segunda metade da década de 1970, nos países mais desenvolvidos, e se difundiu nas décadas de 1980 e 1990 para outros países, inclusive o Brasil (CARVALHO-FREITAS & MARQUES, 2009). O que se pode encontrar antes da década de 1970, especialmente no Brasil, são ações assistencialistas e voltadas para atividades de caridade. A Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, aprovada pela ONU em 1975, garantiu considerações específicas no planejamento econômico-social (art. 8º) (SILVA, 1987), contribuindo para a emergência do movimento politizado das PCD. E, dando continuidade aos acontecimentos de 1975, a ONU declarou o ano de 1981 como Ano Internacional da Pessoa Deficiente (AIPD) (FIGUEIRA, 2008),

A primeira representação política no Brasil das pessoas com deficiência se deu por meio da Coalisão Pró-Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, em 1979, e contava

com representantes de diversos tipos de deficiência e doenças causadoras de deficiência. No entanto, a multiplicidade de reivindicações para cada deficiência não se mostrou efetiva para manter o grupo coeso, de modo que, para o amadurecimento do debate, o grupo optou por um arranjo político que privilegiasse a criação de federações representantes de cada tipo de deficiência. Esse arranjo permitiu um melhor debate acerca das questões básicas e conceituais que ainda eram pouco desenvolvidas à época.

Não se pode deixar de assinalar que, na época em que foi aprovada a Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, o Brasil vivia o período do regime militar, e muitas questões sociais eram silenciadas em prol da unicidade do governo. No início dos anos 1980, com o regime militar enfraquecido e em seus momentos finais, as referências dos movimentos sociais se tornaram decisivas na Assembleia Nacional Constituinte, de modo a garantir os direitos ou representações dos movimentos sociais na Constituição de 1988. Para se ter uma ideia, até aquele momento não havia registros de garantias aos direitos das pessoas com deficiência em outra Constituição (BRASIL, 2010).

A partir disso, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) redigiu em seu Artigo 5º que perante a lei todos são iguais, sem distinção de qualquer natureza e é garantida a inviolabilidade do direito à vida, a liberdade, igualdade. Portanto, tratando de uma clara questão de inclusão social entre os brasileiros, principalmente àqueles excluídos dadas às suas deficiências. Por tais fatos acima elencados, reitera-se que o presente trabalho se mostra relevante no tocante às questões de inclusão social em deficientes visuais.

3. MÉTODO DA PESQUISA

A presente pesquisa é de cunho quali-quantitativa e exploratória, onde utilizou-se questionário com questões objetivas, algumas sendo dicotômicas, e outras sendo de múltipla escolha, tendo o entrevistado a possibilidade de assinalar mais de uma opção. Para esta pesquisa consideramos entrevistar 20% dos voluntários que frequentavam corriqueiramente o local, de tal forma que 22 pessoas se voluntariaram para pesquisa.

Todos os 22 voluntários do estudo apresentavam deficiência visual, os quais frequentam regularmente o Instituto de Cegos da Paraíba, em João Pessoa, cidade do Nordeste Brasileiro. Além disso, suas idades variavam entre dezoito e setenta anos, sendo nove mulheres e treze homens. Ademais, a diretora da Instituição sempre acompanhava a pesquisa, em caso de sanar questões entre pesquisador e voluntário.

Um fato a se ressaltar é limitação do número de voluntários: Primeiro o local da pesquisa estava em obras para melhorias e ampliação do espaço, e, portanto, parte das atividades oferecidas foram suspensas reduzindo o número de pessoas. Segundo verificou-se no local que o atendimento é predominante para crianças e adolescentes e, portanto, não puderam participar da mesma, e ainda que maiores de 18 anos não quiseram responder. E o terceiro fator foi o climático, que na época da pesquisa coincidiu com o período chuvoso, em decorrência de fortes chuvas e alagamentos por toda a cidade impediu os voluntários de chegarem ao local da pesquisa. Deste modo para pesquisas futuras deve-se levar em consideração esses fatores.

No que concerne à realização da pesquisa, antes de seu início foi entregue um Termo de Consentimento Livre Esclarecido, explicando o teor da mesma aos voluntários, bem como seus riscos e benefícios ao participar. Após a assinatura do termo, o questionário foi aplicado.

Este questionário continha 15 questões, com duração de cerca 20 minutos em seu preenchimento. O mesmo tratava da concepção que os deficientes visuais tinham acerca do meio ambiente. Para que os voluntários pudessem responder ao questionário, um pesquisador que

estava acompanhado de funcionário do Instituto dos cegos, lia as perguntas e assim o mesmo anotava o que respondiam, a uma ou mais alternativas.

O trabalho foi avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal da Paraíba, campus João Pessoa sob o número CAAE 14667019.1.0000.5185.

3.1. SOBRE O INSTITUTO DOS CEGOS DA PARAÍBA

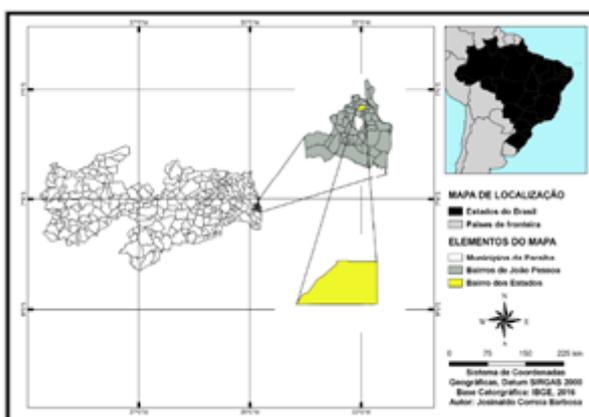
O Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha (ICPAC) foi fundado em 16 de maio de 1944, completando este ano 75 anos de existência. É uma organização filantrópica sem fins lucrativos, com o objetivo maior de possibilitar a melhoria da qualidade de vida das pessoas, ou seja, favorecer o exercício de cidadania da pessoa com deficiência em amplos contextos: reabilitação, educação, assistência social e empregabilidade deste segmento populacional. A faixa etária dos usuários é de zero a sem limite de idade (dados obtidos da instituição). Na instituição são desenvolvidas atividades cotidianas, assim chamada de AVD (atividades de vida diária); além das aulas de manuscrito, alfabetização (crianças e adultos pela manhã), locomoção, aulas de educação física, dança, informática com o software, música, capoeira, natação, musculação, massagens corporais, acupuntura, cabelereira, manicure, pedicure psicologia, atendimento clínico e oftalmológico.

O ICPAC oferece aos seus usuários alimentação diária: mais ou menos 109 lanches distribuídos pela manhã às 9h e à tarde, mais o almoço às 12h. Atualmente a Instituição atende 558 usuários, envolvendo reabilitação e alunos da alfabetização, Atendimento Especializado e Educação de Jovens e Adultos.

Em 2018, através de um contrato com o Detran/PB, o ICPAC começou a desenvolver ações para incentivar a empregabilidade de deficientes, passando a ter em seu quadro de funcionários, 78 pessoas com deficiência (ICPAC, 2020).

O Instituto desenvolve como prática de gestão ambiental a separação do lixo orgânico do reciclável em coletores específicos para coleta dos diversos tipos de resíduos e destinação correta dos mesmos; a conscientização dos usuários em trazer garrafas ou copos de casa para minimizar impacto do uso de copos descartáveis; a conscientização em reduzir o desperdício de água, como fechar a torneira quando não estiver usando e apagar a luz ao sair das sala. Os alunos da alfabetização, ensino fundamental I e II, ensino médio e da educação de jovens e adultos desenvolvem atividades educativas com temas relacionados ao meio ambiente, além de passeios na praia ou no Parque Sólon de Lucena.

Figura 01: Mapa de localização da área em estudo



4. RESULTADOS DA PESQUISA

As informações levantadas inicialmente sobre o local da pesquisa, seu funcionamento, bem como, outras informações necessárias ao estudo, foram fornecidas pela responsável pela Vice Presidente e Diretora de Reabilitação.

Sobre a inclusão dos deficientes em projetos ambientais e possíveis soluções ao problema a mesma respondeu que: “Observamos que é necessária uma implementação substancial nesta área, pela própria escassez de cuidados com a natureza”. Maior conscientização dos órgãos públicos e privados no sentido da reponsabilidade com a saúde da humanidade, o que é possibilitado com um planeta saudável. São programas que precisam de um incentivo maior em todos os pilares da vida (educação, saúde).

No que diz respeito ao nível de escolaridade, 2 voluntários estudaram o Ensino de jovens e adultos – EJA; 3 voluntários com o ensino fundamental completo; 1 voluntário com ensino médio incompleto; 8 voluntários com ensino médio completo; 6 voluntários com ensino superior incompleto e 2 voluntários com ensino superior completo. Desta forma, conhecer o nível de instrução das pessoas é importante para avaliar a metodologia mais adequada em cada caso

Os participantes elencados para a pesquisa pertenciam à bairros variados, sendo 17 bairros do município de João Pessoa e outros 3 municípios vizinhos (Tibiri, Cruz do Espírito Santo e Cabedelo). Portanto, não é possível aferir uma predominância em um determinado bairro. Caso houvesse um predomínio de voluntários em algum bairro ou bairros vizinhos, seria possível pensar em ações mais específicas, como maior acessibilidade na locomoção na vizinhança, utilização melhor das praças com identificação das plantas em Braille, alarmes sonoros onde há grande circulação de pessoas com essa deficiência, entre outras.

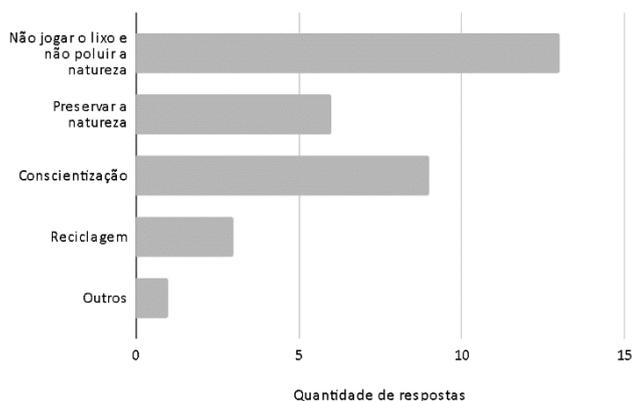
Um outro ponto relevante a ser mencionado trata sobre a primeira questão contida no questionário. A mesma versava sobre a utilização do código Braille, onde 59, 1 % dos voluntários responderam que utilizam a linguagem enquanto que e 40, 9 % que não fazem uso.

A importância em conhecer o tipo de linguagem ou código deve ser considerado uma importante ferramenta de transmissão de informações a respeito do assunto em suas atividades cotidianas. Ademais, é relevante reconhecer que as pessoas com essa ou qualquer tipo de necessidade não possuem uma forma específica de aprendizado. Desta maneira, deve-se sempre incentivá-los a buscar a melhor maneira de ensino que se adeque a limitação de cada um.

4.1. O ENTENDIMENTO DOS DEFICIENTES VISUAIS SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A segunda questão utilizada no questionário trata sobre o entendimento dos voluntários acerca do tema Educação Ambiental. Dentre as múltiplas opções assinaladas, 13 dizem ser sinônimo de não jogar o lixo e não poluir a natureza (A); 6 refere-se ao preservar a natureza (B); 9 sobre conscientização (C); 3 acerca da reciclagem (D); 1 outra maneira. (gráfico 1)

Gráfico 1 – Compreensões sobre o que é Educação ambiental pelos voluntários da pesquisa.



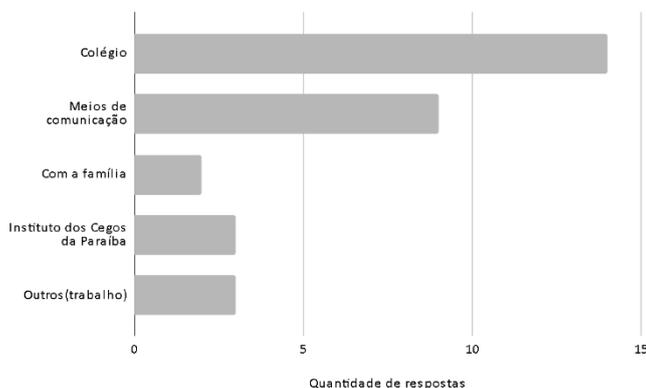
A opção mais assinalada entre os deficientes visuais reflete uma concepção mais tradicional, onde a natureza permanecendo intocada não desencadeia problemas ambientais. Contudo, sabemos que uma boa gestão ambiental deixou de ser meramente local e passa a afetar a sobrevivência da sociedade de modo global, envolvendo diversos aspectos como: sociais, econômicos, culturais, entre outros.

Aqueles que associaram educação ambiental com conscientização podem ter o entendimento de que existem várias maneiras de preservar o meio ambiente. Com isso, aprendem a examinar seu modo de vida e o impacto de suas atitudes ao seu entorno. Aos que marcaram reciclagem como modo de contribuir na preservação da natureza, essa atitude pode contribuir coletivamente para que mais pessoas possam viver num meio ambiente mais saudável, com o uso sustentável dos recursos naturais e ajudando economicamente as pessoas a terem uma renda extra com a reciclagem.

4.2. LOCAL ONDE SE APRENDEU A TEMÁTICA

A terceira questão trata sobre o local onde as pessoas voluntárias aprenderam sobre Educação Ambiental, o qual pode ter sido em um ou mais ambientes. Desta maneira, 14 respostas tratam do aprendizado no colégio/escola (A); 9 através dos meios de comunicação (B); 2 aprenderam com a família (C); 3 no Instituto dos Cegos da Paraíba (D); 3 outros locais/trabalho (E). (gráfico 2)

Gráfico 2 – Local onde os voluntários aprenderam sobre a Educação ambiental.



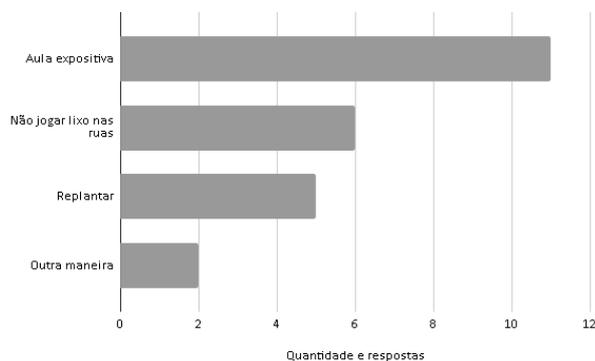
Nesta questão, o colégio teve forte influência na construção do conhecimento dos participantes da pesquisa, demonstrando que tais Instituições devem ser usadas como ferramenta de inclusão social. Assim, aqueles que divulgam e permeiam o saber, os professores, são um elo indispensável para divulgação do conhecimento científico atual para as gerações futuras acerca do meio ambiente.

Além disso, com o desenvolvimento de novas tecnologias mais rápidas e eficientes, as informações prestadas contribuem para conscientização da população sobre o meio ambiente, bem como suas ações impactam na Terra, podendo causar escassez dos recursos naturais mínimos para gerações futuras sobreviverem. Nesta via, tem-se como meios de comunicação os artigos científicos, debates sobre o tema relacionado ao meio ambiente, filmes sobre desastres ambientais e documentários falando da influência do Homem sobre o clima global.

4.3. ESTRATÉGIAS DE ENSINO UTILIZADAS EM SALA DE AULA

De acordo com o questionário, várias estratégias foram utilizadas para o ensino da Educação Ambiental no ambiente escolar. 11 respostas tratam da aula expositiva (A); 6 em não jogar lixo nas ruas (B); 5 em replantar (C); 2 através de outra maneira/trabalho (D). (gráfico 3)

Gráfico 3 – Maneira como foi trabalhada a temática na escola:



A partir do resultado acima, fica claro que a metodologia tradicional adotada pelas escolas foi a que os voluntários obtiveram maior conhecimento sobre o tema. Independente da estratégia utilizada, quer seja através de aulas expositivas ou confecção de trabalhos, estes quando bem preparados incentivam questionamentos críticos o que gera bons resultados no aprendizado. No entanto, para essa temática recomenda-se atividades ao ar livre ou atividades que integrem a educação ambiental no cotidiano dos estudantes, afim de resultados mais eficientes e que possam virar rotina ao longo de suas vidas. Ademais, O ICPAC teve importante contribuição com ações educativas como palestras, passeios e plantio de mudas nativas no próprio instituto.

4.4. COMO PENSAM ACERCA DA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

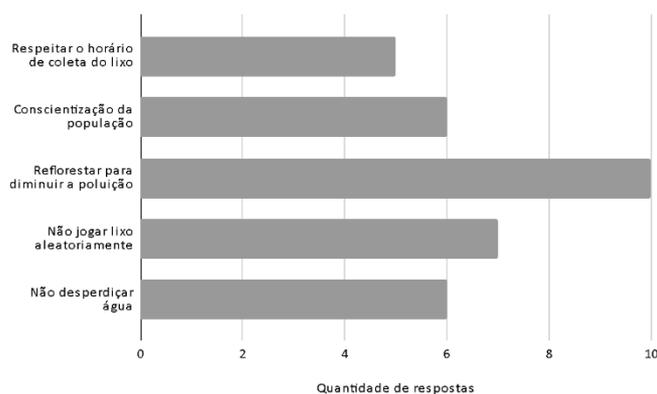
A quinta questão trata sobre quais atitudes os voluntários julgam contribuir para o bem do meio ambiente (gráfico 4). Nesta via, reflorestar para diminuir a poluição foi a resposta mais citada (total de 10). O que vem de encontro à comum associação que se tem do meio ambiente com

florestas, porém não é apenas isso. O meio ambiente é o conjunto de elementos físicos, químicos, biológicos e sociais que podem causar efeitos diretos ou indiretos sobre os seres vivos e as atividades humanas. Por tais fatos, fornecer o máximo possível de informações sobre o que se trata desta temática é favorecer a consciência ambiental. E mais, ao explicar para os deficientes visuais de como suas atitudes diárias podem amenizar o impacto ambiental, estes não terão problemas em fazê-las, pelo contrário, sentirão parte do processo em preservar o meio ambiente.

Entre as demais respostas, chama-se atenção para as menos citadas, contudo de grande relevância, o desperdício de água (total de 6 respostas). Em virtude de sua escassez dado alto consumo populacional, aos diversos tipos de poluição e ainda ao grande desperdício doméstico e industrial, este recurso encontra-se a falta em algumas regiões do planeta.

Na outra resposta que trata em não respeitar o horário de coleta do lixo (total de 5 respostas), o mesmo também trata de uma falta de consciência ambiental. Porque quando o mesmo é alocado de qualquer maneira, sem tratamento adequado, pode poluir o solo e alterar suas características físico-química e biológicas, tornando-se um problema de ordem estética, ambiental e de ameaça à saúde pública. Em se tratando de saúde pública, a disponibilidade de maneira incorreta pode virar recursos, como alimento e abrigo. Consecutivamente, o lixo poderá atrair inúmeros vetores como cachorro, gato, mosca, barata, rato, entre outros, os quais podem transmitir diversos tipos de doenças à população humana, colocando em risco sua saúde.

Gráfico 4 – Atitudes que contribuem para o bem do meio ambiente:



Já a sexta pergunta do questionário avaliou se o ensino que tiveram acerca da Educação Ambiental atenderam às suas necessidades cotidianas. Dentre as alternativas listadas, 68,2 % dos voluntários concordaram, enquanto 31,8 % discordaram.

Ainda que grande parte da amostra esteja informada quanto ao entendimento da temática, maior visibilidade deve ser dada à mesma, quer seja com políticas educacionais inter- e transdisciplinares mais robustas e de acessibilidade; quer seja em ressaltar com mais veemência e de fácil linguagem a importância das questões ambientais, levando o conhecimento a maior camada possível dos extratos sociais.

4.5. SANEAMENTO BÁSICO E MEDIDAS CONTRA O DESPÉRDICIO DE RECURSOS NATURAIS

As perguntas 7 a 12 do questionário retratam se os voluntários da pesquisam adotam em seu cotidiano medidas preventivas no que tange ao combate contra o desperdício dos recursos naturais.

A partir das respostas dadas, a tabela 1 foi elaborada para melhor entendimento.

Tabela 1 – Sobre se os voluntários possuem saneamento básico na região em que mora e se adotam em seu cotidiano medidas contra desperdício dos recursos naturais.

PERGUNTAS	RESPOSTAS	
	SIM	NÃO
Separa lixo orgânico e recicláveis?	12	10
Entrega os recicláveis para a coleta seletiva?	10	12
Controla o desperdício de água e luz em casa?	21	1
O caminhão do lixo passa em seu domicílio?	22	0
O seu bairro possui água tratada e rede de esgoto?	22	0
Você se preocupa com o desperdício de água em casa?	19	3

Na população amostral cerca de metade dos indivíduos não realizam a separação do lixo reciclável tão quanto entregá-lo à coleta seletiva. Apesar de entenderem sobre a importância da reciclagem, contudo, o tema ainda é alvo de confusão. Sugere-se que deva acontecer por saber pouco sobre a reciclagem ou a respeito da coleta seletiva.

Corroborando com estes dados, o site Globo Natureza (2018) divulgou uma pesquisa do IBOPE, onde quatro em cada dez brasileiros (39%) dizem não separar o lixo orgânico do reciclável e 76% não fazem a separação por tipo de material. Ainda, quase um terço (28%) não sabe identificar por cores as lixeiras para coleta seletiva. Apesar disso, 88% concordam totalmente que a forma correta de descartar o lixo é separando os materiais que podem ser reciclados e 95% acham que a reciclagem é importante para o futuro do planeta.

Para as demais perguntas, por se tratar de questões mais vivenciadas em seu dia a dia, as respostas foram condizentes com a perspectiva de conter o desperdício dos recursos naturais. Portanto, popularizar temáticas ambientais se mostram como eficazes em ações atitudinais.

4.6. DEFICIÊNCIA VISUAL E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Para finalizar as questões contidas no questionário, as perguntas 13 e 14 dizem respeito sobre situações relacionadas à deficiência visual e como estas pessoas lidam com as questões ambientais. Com isso, foi elaborada a tabela 2.

Tabela 2 – Sobre a deficiência visual e práticas ambientais

PERGUNTAS	RESPOSTAS	
	SIM	NÃO
Você sente dificuldade para colocar o lixo nas lixeiras?	2	20
Você se preocupa com o desperdício de água em sua casa?	19	3

Adicionalmente aos dados acima, os deficientes visuais participantes relatam serem conscientes quanto às questões ambientais, porém a falta de acessibilidade de vias e espaços públicos os impedem de praticar ativamente. A exemplo, citam que ao percorrer a calçada para jogar o lixo da sua moradia podem encontrar buracos, desníveis e até lixo pelo caminho, o que dificulta a ação. Por isso, órgãos públicos e privados devem viabilizar seus espaços de maneira a proporcionar acessibilidade, ou seja, promover a inclusão social.

Não existe na literatura atual um modelo ou metodologia específica para o ensino da educação ambiental para pessoas com deficiência visual. Assim sendo, cada Instituição ou disciplina desenvolve um modelo que melhor atende sua necessidade.

A exemplo de algumas práticas envolvendo a educação ambiental aplicadas aos deficientes, Costa da Silva e Chao (2007) realizaram um estudo de campo enfocando o profissional de Educação Física atuando na inclusão de portadores de deficiência visual na questão ambiental, através de práticas corporais. Desta maneira, as atividades desempenhadas na natureza puderam contribuir para o desenvolvimento do bem estar físico e mental dos indivíduos, além de contribuir na preservação da natureza, e melhoria da qualidade de vida harmonizada pelo lazer.

O Instituto Federal de Santa Catarina em conjunto com a Associação Catarinense para integração do Cego (ACIC) desenvolveu um projeto de exposição de mapas táteis de sementes e trilhas ecológicas adaptadas a esse público. Os temas abordados foram biológicos, morfológicos e geográficos (NAU *et al.*, 2014).

De acordo com estudo realizado por Arantes (2013) em Brasília, o Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais (CEEDV) contou com auxílio dos servidores do Museu de Taxidermia da Fundação Jardim Zoológico de Brasília (FJZB) e utilizou a taxidermia como recurso para o ensino de ciências e contou com a participação de estudantes deficientes visuais, que cursavam o ensino fundamental e o médio. Os alunos responderam ao questionário de 13 questões a respeito da taxidermia e os alunos demonstraram interesse e reconheceram a importância para o aprendizado em tocar nas peças.

E por fim, Patricio (2017) também realizou um estudo de campo preliminar, que teve como objetivo geral, mostrar a perspectiva dos deficientes visuais em relação às condições de acessibilidade na cidade de João pessoa, mais especificadamente no Terminal de Integração e Parque Sólon de Lucena-Lagoa. Para tanto, foram realizadas entrevistas no Instituto dos Cegos da Paraíba com o intuito de verificar os principais problemas, barreiras e dificuldades de acessibilidade na cidade e nos transportes. Verificou-se, no entanto, que a cidade de João Pessoa não está habilitada para receber pessoas com deficiência visual. Além disso, foram detectados problemas como calçadas fora de um padrão, esburacadas, carros nas calçadas, poucos locais com semáforos e falta de aplicativo de alerta de chegada do ônibus.

5. CONCLUSÃO

A educação ambiental como forma de inclusão de pessoas com deficiência deve ser abordada com mais rigor a esse grupo, pois conforme sugerido na pesquisa, a maior parte dos voluntários não considera sua deficiência um fator limitante ou impeditivo para pôr em prática em suas atividades cotidianas caseiras ou no aprendizado sobre o assunto. Entretanto, quando saem de seus lugares habituais, enfrentam os obstáculos arquitetônicos como calçadas desniveladas ou com buracos, bloqueada por carros, por lixo ou entulho; escadas, ruas e postes mal projetos sem nenhuma sinalização que dificultam sua locomoção pela cidade.

Como exemplos de aprendizado podemos citar atividades utilizando a máquina de escrever em Braille; computador com software adaptado as suas necessidades e o gravador. Também é possível transcrever materiais para o Braille, como livros e cartilhas falando sobre o meio ambiente, palestras, audiolivros. Além disso, a confecção de figuras em alto-relevo, com texturas diferenciadas para serem sentidas no tato, odores diferenciados que podem ser percebidas pelo olfato ou outra maneira que utilize os outros sentidos podem ser utilizadas como estratégia pedagógica de ensino. Ademais, passeios em trilhas ecológicas em parques, praias ou outros lugares com suporte adequado a deficiência deles é indicado para promover a inclusão destes indivíduos nas questões ambientais.

Quanto ao Instituto do Cegos da Paraíba, é importante citar que esta vem atingindo sua função principal em acolher pessoas em suas necessidades e dar-lhes assistência social para suprir suas necessidades básicas como alimentação, moradia e saúde. Entretanto no tocante a educação

ambiental percebemos que os entrevistados apresentam ainda uma visão mais tradicional e simplista. Atualmente sabemos que nosso modo de vida influencia no consumo exagerado dos recursos energéticos do planeta, então devemos pensar em um consumo mais consciente de produtos que gerem menos resíduos e poluição, que tenham um tempo de vida útil mais longo e que possam ser reutilizado várias vezes antes de serem descartado definitivamente em local adequado.

Quando vemos mais de perto percebemos que na realidade temos três pilares para administrar simultaneamente que são: um meio ambiente equilibrado, inclusão social e economia sustentável. Devemos encontrar uma maneira de crescermos econômica por um lado e preservar por outro, de maneira que afluem para um mesmo objetivo: que é a sobrevivência da espécie humana no seu meio (não artificial) dentro de um natural, do qual fazemos parte, mas, para isso devemos mudar nossa cultura do consumismo desenfreado. Se não pensarmos nesse sentido estaremos destinados a morrer como espécie, e seremos diretamente responsáveis pela destruição do nosso próprio planeta.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Letícia Gobbi. **Uso da taxidermia como recurso no ensino de ciências para alunos com deficiência visual, 2013.** Brasília, DF. Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - FACES Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/6520/1/21344298.pdf>. Acessado em 10 de março de 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 25 ago. 2019.

BRASIL. **Programa nacional de educação ambiental.** 3ª edição – Brasília, 1995. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei da Previdência Social. **Lei nº 8.213.** de 24 de julho de 1991.

BRASIL. **Parâmetros curriculares Nacionais**, terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Parâmetros curriculares Nacionais:** apresentação dos temas transversais: ética/ Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. – 3. Ed. – Brasília: A Secretaria, 2001.

BRASIL. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente. Ministério da Educação. **Coletivo Jovens de Meio Ambiente:** manual orientador. Brasília, março de 2006.

BRASIL. História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. 2010. Disponível em: <http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/phocownload/publicacoesdeficiente/historia%20movimento%20politico%20pcd%20brasil.pdf>. Acesso em fevereiro de 2020.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura de; GRÜN, Mauro; TRAJBER, Rachel. **Pensar o Ambiente**: bases filosóficas para a Educação Ambiental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2006

CARVALHO, L. M de. A temática ambiental e o processo educativo: dimensões e abordagens. In: **Consumo e Resíduo**: Fundamentos para o trabalho Educativo, 2008.

CARVALHO-FREITAS, M. N. & MARQUES, A. L. **Pessoas com deficiência e trabalho**: percepção de gerentes e pós-graduandos em Administração. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(2). 2009.

COSTA DA SILVA, P. P.; CHAO; C. H. N. **A Educação Física interagindo com a Educação Ambiental na inclusão do deficiente visual**. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 15, 2007: Recife. Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007.

DELBONI, H.; ROTA, P. S. **Geografia para todos** – a Terra como morada. São Paulo: Scipione, 2003. 183 p.

DIA do Meio Ambiente: 4 em cada 10 brasileiros não separam o lixo, aponta pesquisa Ibope. *Globo Natureza*, Rio de Janeiro, 05 de junho de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/dia-do-meio-ambiente-4-em-cada-10-brasileiros-nao-separam-o-lixo-aponta-pesquisa-ibope.ghtml>. Acesso em 01 de setembro de 2020.

FIGUEIRA, E. (2008). **Caminhando em silêncio**: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil. Giz Editorial: São Paulo.

GIL, Marta. *Caderno da TV Escola: Deficiência Visual*. Brasília. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Disponível em <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/emlur> . Acesso em: 24 de mar. 2019. 2000.

GRÜN, M. **Ética e educação ambiental**: a conexão necessária. Campinas-SP: Papyrus, 1996.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. – Campinas, SP: Papyrus, 1995.

LUCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar**: fundamentos teórico-metodológicos. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MENDONÇA, P. R. **Educação Ambiental como Política Pública**: Avaliação dos Parâmetros em Ação - Meio Ambiente na Escola, 122 p., 297 mm, (Unb-CDS, Mestre, Política e Gestão Ambiental. 2004).

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil** - História e políticas públicas. São Paulo: Cortez. 1996.

MENDONÇA, P. R. **Educação Ambiental como Política Pública: Avaliação dos Parâmetros em Ação** - Meio Ambiente na Escola, 122 p., 297 mm, (Unb-CDS, Mestre, Política e Gestão Ambiental. 2004).

MUNSTER, Mey de Abreu Van. **Esportes na Natureza e Deficiente visual: Uma Abordagem Pedagógica**. Tese (doutorado) – Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas. Campinas – SP, 2004. Disponível em <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000353138>. Acesso em: 17/04/20219.

NAU, A. S.; *et al.* **Educação ambiental para deficientes visuais através de percepções sensoriais com elementos vegetais**. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014, Vitória. Disponível em: www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404066679_ARQUIVO_ArtigoEducacaoambientalparadeficientesvisuaisatravesdepercepcoessensoriaiscomelementosvegetais.pdf. Acesso em: 1 jun. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, Ciência E CULTURA. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Prática na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca. 10 de junho de 1994.

OMS, ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE ,2019, Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/10/1690122>. Acesso em 20 de fevereiro de 2020.

PATRICIO, Juliane da Silva. **Um Estudo Preliminar Sobre as Condições de Acessibilidade Social na Perspectiva dos Deficientes Visuais no Terminal de Integração e Parque Sólton de Lucena em João Pessoa**. Orientador: Carla Calixto da Silva. 2017. Monografia (Tecnologia em Gestão Pública) - Universidade Federal da Paraíba, 2007.

PEREIRA, M.G.; GUERRA, R.A.T. A Temática Ambiental na Educação Escolar: tecendo fios e vencendo desafios na construção de saberes e fazeres. In: PEREIRA, M.G.; AMORIM, A.C.R. (Org.). **Ensino de Biologia: fios e desafios na construção de saberes**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2008. 284p.

PIEPER, D. da S.; NETO, F. Q. V.; MACHADO, C. R. da S. Políticas públicas em educação ambiental. In. **Rev. Conexão Eletrônica** – Três Lagoas, MS - Volume 15 – Número 1 – Ano 2018

SATO, Michele & CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental**. Porto Alegre: Artmed, 2005

SAUVÉ, Lucie. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, maio/ago. 2005.

SILVA, O. M. (1987). **A epopeia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. São Paulo: CEDAS. 1987.